



LEI N° 4.307/2025

**INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE
PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (PMPDEC),
DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE
PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SIMPDEC), CRIA
O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E
DEFESA CIVIL (COMPDEC) E CRIA O FUNDO
MUNICIPAL E PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
(FUMPDEC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
(PMPDEC)
SEÇÃO I
DIRETRIZES E OBJETIVOS**

Art. 1º A Política Municipal de Proteção e Defesa Civil (PMPDEC) abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.

Parágrafo único. A PMPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 2º São diretrizes da PMPDEC:

- I- atuação articulada entre as três esferas de governo para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;
- II- abordagem sistêmica da ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;
- III- prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;



IV- adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;

V- planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território municipal; e

VI- participação da sociedade civil.

Art. 3º São objetivos da PMPDEC:

I- reduzir os riscos de desastres;

II- recuperar as áreas afetadas por desastres;

III- incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;

IV- promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;

V- estimular o desenvolvimento do Município enquanto cidade resiliente e os objetivos de desenvolvimento sustentável, conforme critérios de organizações internacionais, e os processos sustentáveis de urbanização;

VI- a proteção das áreas de risco e implementação de políticas preventivas e mitigatórias promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;

VII- monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;

VIII- produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais;

IX- estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana;

X- combater e fiscalizar a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;

XI- estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro;

XII- desenvolver consciência municipal acerca dos riscos de desastre;

XIII- orientar as comunidades a adotarem comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção; e

XIV- integrar informações em sistema capaz de subsidiar os órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) na previsão e



no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente.

Art. 4º. São instrumentos da PMPDEC, entre outros:

- I- Plano Diretor Municipal;
- II- Plano de contingência;
- III- Plano Municipal de Redução de Riscos de Desastres;
- IV- Fundo Municipal de Defesa Civil;
- V- Conselho Municipal de Defesa Civil;
- VI- Sistema de Monitoramento de Alerta e Alarme;
- VII- Educação Ambiental; e
- VIII- Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA ÓRGÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Art. 5º São atribuições do Órgão Municipal de Defesa Civil:

- I- coordenar as ações do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), em articulação com a União e com os Estados;
 - II- incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
 - III- identificar e mapear as áreas de risco de desastres bem como realizar o acompanhamento das obras de estabilização de encostas;
 - IV- promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e atuar de maneira a evitar novas ocupações nessas áreas;
 - V- vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
 - VI- participar efetivamente na elaboração e revisão do Plano Diretor do Município, para definir instrumentos de planejamento do município para reorganizar os espaços, identificando as áreas de risco e desastre e garantindo a melhoria na proteção e qualidade de vida da população;
 - VII- apoiar os demais órgãos da administração municipal na organização e administração de abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
 - VIII- manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
 - IX- realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
-



-
- X- apoiar os demais órgãos da administração municipal na coleta, distribuição e controle de suprimentos em situações de desastre;
- XI- proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
- XII- manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
- XIII- estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SIMPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários e núcleos comunitários de proteção e defesa civil para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;
- XIV- desenvolver cultura municipal de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência acerca dos riscos de desastre do município;
- XV- estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
- XVI- incentivar a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;
- XVII- estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas, hospitais e edificações de reunião de público situados em áreas de risco;
- XVIII- oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;
- XIX- fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres;
- XX- realizar, em articulação com a União e os Estados, o monitoramento em tempo real das áreas classificadas como de risco alto e muito alto;
- XXI- produzir, em articulação com a União e os Estados, alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, inclusive por meio de sirenes e mensagens via telefonia celular, para cientificar a população e orientá-la sobre padrões comportamentais a serem observados em situação de emergência;
- XXII- apoiar os demais órgãos da administração municipal na promoção de solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres; e
- XXIII- lançar resoluções e editais para financiamento de projetos de Proteção e Defesa Civil.
-



CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

(SIMPDEC)

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS

Art. 6º O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) será constituído pelos Órgãos e entidades da Administração Pública municipal, pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil e pela comunidade, sob a coordenação do Órgão Municipal da Defesa Civil.

Parágrafo único. O SIMPDEC terá por finalidade contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil.

Art. 7º As ações de proteção e defesa civil são articuladas pelos Órgãos e entidades que constituem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), objetivam, fundamentalmente, a redução dos desastres e apoio às comunidades atingidas, e compreendem os seguintes aspectos globais:

- I- prevenção;
- II- mitigação;
- III- preparação;
- IV- resposta; e
- V- recuperação.

Art. 8º O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) tem por finalidade:

- I- planejar e promover proteção e a defesa contra desastres naturais, antropogênicos e mistos, no Município;
- II- atuar na iminência e em circunstâncias de desastres; e
- III- prevenir ou reduzir danos, socorrer e assistir populações afetadas, assim como reabilitar e recuperar os cenários dos desastres.

Art. 9º Integram o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC):

- I- Órgão Central: a defesa, responsável pela articulação, coordenação e supervisão técnica do SIMPDEC;
-



II- Órgãos Setoriais: Órgãos da Administração Pública municipal, direta e indireta, que apoiam o Órgão Central com o objetivo de garantir atuação sistêmica; e

III- Órgãos de Apoio: Órgãos e entidades públicas e privadas, associações de voluntários e comunitárias, Núcleos de Proteção e Defesa Civil, e organizações não-governamentais.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SIMPDEC)

Art. 10. O Órgão Municipal de Defesa Civil, na qualidade de Órgão Central do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), compete:

I- coordenar a atuação dos órgãos municipais integrantes do SIMPDEC, quando do atendimento a situações de anormalidade, articulando-os com os da esfera estadual, federal e a iniciativa privada;

II- acompanhar e orientar as ações desenvolvidas pelos Órgãos integrantes do SIMPDEC;

III- sugerir áreas prioritárias para intervenções que contribuam para minimizar as vulnerabilidades do Município;

IV- sistematizar e integrar informações no âmbito do SIMPDEC;

V- acompanhar a elaboração de Plano Municipal de Redução de Risco e demais planos existentes, bem como de projetos relacionados ao tema, garantindo a participação dos integrantes do SIMPDEC;

VI- promover a capacitação em ações de proteção e defesa civil para representantes do SIMPDEC;

VII- propor ao Chefe do Poder Executivo municipal a declaração de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, quando a situação assim requerer;

VIII- orientar tecnicamente os representantes dos Órgãos Setoriais na organização e implantação de comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial, em circunstâncias de desastres, para coordenar as ações emergenciais;

IX- dar prioridade às ações de prevenção relacionadas com os principais riscos identificados;

X- promover a participação e a capacitação da comunidade através dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil, especialmente nas atividades de prevenção, ações de resposta a desastres, reconstrução e recuperação;



-
- XI- difundir os princípios de proteção e defesa civil nas escolas, priorizando aquelas localizadas próximas às áreas mais vulneráveis;
- XII- vistoriar edificações e áreas de risco promovendo em articulação com o SIMPDEC, intervenções preventivas, incluindo a interdição das edificações e, quando for o caso, a evacuação da população vulnerável;
- XIII- implantar banco de dados e elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidades, nível de risco e recursos disponíveis para o apoio às operações emergenciais;
- XIV- manter o Órgão Estadual de Defesa Civil e a Secretaria Nacional de Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no âmbito do Município;
- XV- proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
- XVI- promover a criação e a integração de centros de operações, implementando e incrementando as atividades de monitoramento, alerta e alarme, com o objetivo de aperfeiçoar a previsão de desastres;
- XVII- elaborar o Plano de Ação do Sistema, com a participação dos representantes dos Órgãos Setoriais, definindo estratégias de atuação;
- XVIII- incentivar a formação de Núcleos de Proteção e Defesa Civil, em áreas vulneráveis a acidentes e promover o treinamento, para uma atuação conjunta;
- XIX- estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviço, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias, nas ações de proteção e defesa civil;
- XX- manter atualizados cadastros das áreas vulneráveis à ocorrência de desastres;
- XXI- promover a integração permanente do Sistema Municipal com os Sistemas Estadual e Federal;
- XXII- manter equipe em plantão permanente ou de sobreaviso, para atendimento às situações de anormalidade;
- XXIII- realizar campanhas educativas com a finalidade de difundir na comunidade noções de proteção e defesa civil;
- XXIV- desencadear ações de proteção e defesa civil em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
- XXV- realizar nas áreas de risco, regularmente, exercícios simulados;
- XXVI- difundir, mediante Órgãos de imprensa, informações acerca dos planos e atividades da Defesa Civil;
-



-
- XXVII- convocar técnicos do Órgãos Setoriais para apoiarem o Órgão Central na realização de vistorias;
 - XXVIII- promover ações preventivas nas áreas vulneráveis à ocorrência de acidentes, visando minimizar os impactos dos eventos adversos;
 - XXIX- atuar no restabelecimento da situação de normalidade nas áreas atingidas por desastres; e
 - XXX- emitir relatórios circunstanciados de áreas atingidas por desastres.

Art. 11. Aos Órgãos Setoriais do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), além das atribuições previstas em Regimento Interno de cada Órgão ou entidade, compete aos demais Órgãos e entidades da Administração Pública municipal, direta ou indireta, dentro de suas atribuições, deverão, sempre que requisitados, fornecer apoio necessário ao SIMPDEC, ficando assegurada a prioridade ao atendimento das solicitações pelo Órgão Central.

Art. 12. Aos Órgãos de Apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), que se caracterizam como prestadores de serviços essenciais à população de Itaguaí-RJ, competem, cooperativamente, dentro de suas atribuições, prestarem, ao Órgão Central, o apoio necessário para o desenvolvimento de suas ações, sobretudo quando do acontecimento de situações adversas.

Art. 13. Todos os Órgãos Setoriais e de Apoio que participam do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) deverão indicar representantes e suplentes para atuar junto ao Órgão Central.

Parágrafo Único. Os representantes e suplentes dos Órgãos Setoriais deverão ser indicados mediante ato próprio do dirigente do Órgão ou entidade, devendo ser autorizados a mobilizar os recursos humanos e materiais de suas respectivas unidades, para emprego imediato nas ações de proteção e defesa civil, quando solicitados pelo Órgão Central.

Art. 14. Os Órgãos Setoriais que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) devem elaborar e encaminhar, ao Órgão Central, plano específico na sua área de atuação, visando estruturar-se para atender a todas as fases referentes ao Art. 7º no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei.



Art. 15. Como medidas preliminares à situação de emergência ou ao estado de calamidade pública, e por solicitação do Órgão Central, poderão ser estabelecidas na Administração Pública municipal, regimes de alerta e prontidão.

Art. 16. A situação de emergência e o estado de calamidade pública serão decretados pelo Chefe do Poder Executivo municipal, de acordo com as disposições das legislações vigentes, que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 17. O Órgão Central poderá, em situações de anormalidade, requisitar, temporariamente, servidores, recursos materiais, veículos e equipamentos de Órgãos ou entidades integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), sempre que necessários às ações de defesa civil.

Art. 18. A participação efetiva em trabalhos de defesa civil quando da ocorrência de eventos adversos, será considerada serviço relevante ao Município e à população, devendo tal informação ser anotada na ficha funcional do servidor.

Art.19. Para cumprimento das responsabilidades que lhes são atribuídas nesta Lei, os Órgãos e entidades públicas municipais integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) utilizarão recursos próprios, alocados em dotações orçamentárias específicas.

CAPÍTULO III **DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL** **(COMPDEC)**

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), Órgão encarregado de apoiar a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil (PMPDEC), vinculado ao Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo único. O COMPDEC é um Órgão colegiado, de composição paritária entre o Poder Público, a sociedade civil e outras instituições, de caráter permanente, deliberativo, de assessoramento ao Poder Executivo municipal e de acompanhamento das políticas públicas implementadas pelo Município de Itaguaí-RJ, nas ações de proteção e defesa civil.



Art. 21. Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC):

- I- formular e propor diretrizes para apoiar e fomentar as políticas governamentais de proteção e defesa civil, visando a prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação voltadas à proteção da sociedade;
 - II- propor aperfeiçoamento da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil (PMPDEC) relacionada a proteção e defesa civil;
 - III- propor melhorias para os serviços de proteção e defesa civil prestados a população pelos Órgãos, entidades públicas e privadas do Município;
 - IV- auxiliar o Poder Executivo na definição da política a ser adotada para o atendimento das necessidades de proteção e defesa civil, desenvolvendo estudos e pesquisas, e acompanhando a elaboração de projetos e programas de governo;
 - V- promover a difusão de informações e conhecimentos, na área de proteção e defesa civil, aos Órgãos públicos, entidades públicas e privadas e à comunidade em geral;
 - VI- desenvolver estudos, debates, pesquisas, projetos, atividades e outros atos relevantes à melhoria das ações de proteção e defesa civil, no Município de Itaguaí-RJ;
 - VII- propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, de pesquisa e atividades ligadas à área de proteção e defesa civil;
 - VIII- apoiar as realizações concernentes a proteção e defesa civil;
 - IX- promover articulações e intercâmbios com organizações nacionais e internacionais afins;
 - X- promover, individualmente ou em parceria com entidades afins, iniciativas e campanhas de promoção de medidas que visem a proteção e defesa civil;
 - XI- organizar, a cada 02 (dois) anos, a Conferência Municipal de Proteção e Defesa Civil, em consonância com as Conferências Estadual e Nacional;
 - XII- elaborar o seu Regimento Interno, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei;
 - XIII- participar na elaboração e atualização dos planos estratégicos como o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) e o Plano Diretor Municipal, bem como nos Planos Táticos e Operacionais e no Plano de Contingência;
-



XIV- fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC);

XV- responder sobre matérias de sua competência; e

XVI- sugerir critérios para programação financeira e orçamentária do FUMPDEC.

Art. 22. Para a consecução de suas propostas, poderá o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) solicitar ao Poder Público municipal, recursos que se fizerem necessários, cabendo a este avaliar a viabilidade.

Art. 23. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) será composto por 26 (vinte e seis) membros, sendo 13 (treze) representantes do Poder Público Municipal e 13 (treze) representantes da sociedade civil organizada e outras instituições, distribuídos da seguinte forma:

I- Representantes do Poder Público Municipal:

- a) 02 (dois) representantes do Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- b) 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Ambiente, Mudança do Clima e Bem Estar Animal;
- g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- h) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- i) 01 (um) representante da Companhia de Trânsito e Transportes;
- j) 01 (um) representante da Companhia Municipal de Limpeza;
- k) 01 (um) representante da Coordenadoria Especial de Articulação Institucional (CEAI);
- l) 01 (um) representante da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica.

II- Representantes da sociedade civil e outras instituições:

- a) 01 (um) representante da concessionária de águas e esgotos do Município;
- b) 01 (um) representante da concessionária de gás natural do Município;



-
- c) 01 (um) representante da concessionária de energia elétrica do Município;
 - d) 01 (um) representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
 - e) 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro;
 - f) 01 (um) representante da Rede de Operações de Emergência e Radioamadores;
 - g) 03 (três) representantes de entidades de ensino e pesquisa com atuação na área;
 - h) 03 (três) representantes dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs); e
 - i) 01 (um) representante da Câmara Municipal de Itaguaí-RJ.

§1º Os representantes do Poder Público Municipal e seus respectivos suplentes serão indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Lei.

§2º Os representantes indicados nas alíneas a até f do inciso II e seus respectivos suplentes, serão indicados formalmente por sua respectiva entidade de origem, por escrito, no prazo de até 10 (dez) dias da apresentação formal do convite.

§3º Os representantes indicados nas alíneas g e h do inciso II e seus respectivos suplentes, serão convidados pelo Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito.

Art. 24. Cada membro titular do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) terá 01 (um) suplente que o substituirá em caso de impedimento.

Art. 25. As funções de membro de Conselho Diretor não serão remuneradas, sendo considerado prestação de serviço de relevante valor social.

Art. 26. O quórum para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) será definido em seu Regimento Interno.

Art. 27. As sessões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.



Art. 28. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) poderá aceitar outras instituições e Órgãos, internos ou externos, para fazer parte da Assembleia, sem direito a voto, conforme solicitação da instituição e/ou necessidade do COMPDEC.

Art. 29. Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução por igual período.

Art. 30. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) será presidido pelo responsável do Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil. Parágrafo único. O Vice-Presidente do COMPDEC será um membro da sociedade civil, eleito em Assembleia Extraordinária.

Art. 31. O Plenário do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, de acordo com calendário anual estabelecido em sua primeira reunião, e, extraordinariamente, quando algum fato o exigir, por convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. Em caso de recusa do Presidente em convocar a reunião ordinária mensal, desde que esta recusa não configure impossibilidade amparada legalmente, a maioria simples dos membros do COMPDEC pode providenciar a convocação, indicando, no mesmo ato, quem compõe a referida maioria, quem assinará o Edital de Convocação e quem presidirá a reunião.

Art. 32. As Câmaras Técnicas e as Comissões poderão ser criadas e instituídas por deliberação da Plenária e serão disciplinadas pelo Regimento Interno.

Art. 33. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) deverá ser homologado por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (FUMPDEC)



Art. 34. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC) tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a desenvolver projetos destinados às ações de defesa civil no Município de Itaguaí-RJ, bem como garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

§1º O FUMPDEC tem duração indeterminada, natureza contábil e gestão autônoma.

§2º Os projetos poderão ser apresentados tanto pelo Poder Público quanto pela sociedade civil, perante o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

§3º A aprovação dos projetos será realizada pelo COMPDEC, de acordo com quórum a ser estabelecido pelo Regimento Interno do FUMPDEC.

Art. 35. As receitas do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC) serão utilizadas para a consecução dos seguintes objetivos:

I- contratação de serviços, treinamentos e capacitação relacionados a ações de preparação, prevenção, mitigação de resposta e recuperação de desastres;

II- aquisição de bens voltadas para políticas públicas de proteção e defesa civil.

§1º Fica vedado o uso de recursos do FUMPDEC para despesas correntes do Órgão Municipal de Defesa Civil, salvo em casos onde seja decretado situação de emergência ou calamidade pública.

§2º Os bens de caráter permanente adquiridos com recursos do FUMPDEC serão incorporados ao patrimônio municipal.

§3º Os membros do COMPDEC poderão ser reembolsados pelas despesas comprovadamente incorridas no desempenho de suas funções durante atividades autorizadas pelo COMPDEC.

Art. 36. Constituem receitas do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC):

I- As dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II- Os recursos transferidos da União, do Estado ou do Município;

III- Os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;



-
- IV- Os recursos provenientes de doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
 - V- O rendimento de juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos vinculados ao FUMPDEC, realizadas na forma da legislação em vigor;
 - VI- Os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;
 - VII- Valores oriundos de pagamento das multas aplicadas conforme previsão da legislação em vigor;
 - VIII-- O produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
 - IX- Receita proveniente de eventos e promoções;
 - X- Recursos, bens ou serviços que lhe forem destinados através de Termos de Ajustamentos de Conduta (TAC's);
 - XI- 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil; e
 - XII- Outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo único. O saldo do FUMPDEC, apurado mediante balanço financeiro, será transferido ao exercício subsequente, condicionado a apresentação de relatórios ao Chefe do Poder Executivo e justificando as razões da não utilização dos recursos, até 30 (trinta) dias antes do final do Exercício.

Art. 37. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), será gerido pelo Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 38. Compete ao Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil:

- I- Supervisionar e aprovar a movimentação orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC);
- II- Fixar diretrizes e normas para a utilização dos recursos do FUMPDEC;
- III- Prestar contas trimestrais da gestão financeira;
- IV- Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;
- V- Desenvolver outras atividades determinadas pela pasta gestora e pelo Chefe do Poder Executivo municipal, compatíveis com os objetivos do FUMPDEC;
- VI- Promover o desenvolvimento do FUMPDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados.



Parágrafo único. Todos os atos de utilização do FUMPDEC devem ser cientificados ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

Art. 39. A comprovação das despesas realizadas através da conta do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC) será feita mediante os seguintes documentos:

- I- prévio empenho;
- II- fatura, nota fiscal e recibo;
- III- balancete evidenciando receitas e despesas;
- IV- nota de pagamento.

Parágrafo único. Todas as despesas efetuadas deverão ser comprovadas e justificadas perante o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

Art. 40. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC) terá suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município.

§1º A Poder Executivo municipal deverá publicar balanço financeiro dos recursos do fundo, semestralmente, de acordo com a legislação pertinente.

§2º A prestação de contas será consolidada por ocasião do encerramento do correspondente Exercício, publicada no Jornal Oficial de Itaguaí-RJ e disponibilizada no Portal da Transparência.

Art. 41. A contabilidade do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC) tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira, patrimonial e orçamentária, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 42. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, elaborar o Regimento Interno do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), o qual será aprovado por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), bem como eventuais modificações posteriores, serão aprovados pela maioria simples dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).



CAPÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 43. Os programas habitacionais do Município devem atuar com vistas a priorizar, sempre que possível, a realocação de comunidades atingidas e de moradores de área de risco.

Art. 44. Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se agentes de proteção e defesa civil:

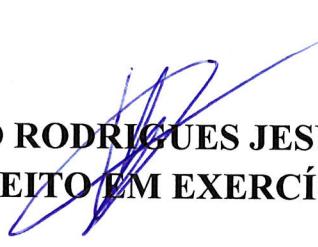
I- os agentes políticos do Município responsáveis pela direção superior dos Órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC);
II- os agentes públicos responsáveis pela coordenação e direção de Órgãos ou entidades públicas prestadoras dos serviços de proteção e defesa civil;
III- os agentes públicos detentores de cargo, emprego ou função pública, civil ou militar, com atribuições relativas à prestação ou execução dos serviços de proteção e defesa civil; e

IV- os agentes voluntários vinculados a entidades privadas ou prestadores de serviços voluntários que exerçam, em caráter suplementar, serviços relacionados à proteção e defesa civil.

Parágrafo único. Os Órgãos do SIMPDEC adotarão, no âmbito de suas competências, as medidas pertinentes para assegurar a profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos agentes públicos referidos no inciso III.

Art. 45. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itaguaí, 29 de dezembro de 2025.


HAROLDO RODRIGUES JESUS NETO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Autoria: Poder Executivo